

Esta pesquisa teve por objetivo desenvolver um estudo de monitoramento e avaliação das práticas de Justiça Juvenil Restaurativa desenvolvidas no âmbito da comunidade, Projeto desenvolvido sob liderança do Ministério Público do RS e executado pela Associação Cristã de Moços e Centro de Promoção da Criança e do Adolescente nas regiões da Restinga, Cruzeiro do Sul, Bom Jesus e Lomba do Pinheiro, no período de 2010 a 2011. Propôs-se a investigar as repercussões advindas da aplicação de princípios e referenciais teórico-metodológicos da Justiça Restaurativa nestas intervenções, visando contribuir com subsídios para o aprimoramento da política de atendimento às crianças e adolescentes na prevenção à violências. A investigação esteve baseada em procedimentos de coleta de dados como observação participante, entrevistas semi-estruturadas, grupos focais e análise documental, que buscaram verificar avanços, recuos e as novas proposições na qualificação das estratégias de resolução não violenta de conflitos quer foram desenvolvidas no âmbito das práticas sociais da própria comunidade e das instituições envolvidas. É possível afirmar-se que os propósitos do projeto impactaram na cultura da reprodução e da resistência às violências presentes na dinâmica e no cotidiano dos territórios e das instituições, redes e serviços que se envolveram com o projeto. Observou-se que uma das principais contribuições do projeto avaliado foi o investimento na formação sobre JR para recursos humanos do e no próprio território. A formação oportunizou a reflexão sobre a ação em ambientes de coletivização, onde a troca de saberes e experiências foi muito valorizada. A satisfação com a experiência aparece associada à vivência do diálogo e da oportunidade de escuta também na prevenção de novas situações de violência. Como desafios do processo identificou-se a necessidade de ampliação de sintonia e realinhamento da proposta de formação com a realidade da comunidade. Também foram percebidas algumas lacunas nos processos de articulação das propostas do projeto na relação com a rede, o que ensejou dispêndio de esforços no enfrentamento de resistências. Observou-se ainda a necessidade de enraizamento de uma cultura de formalização de registros dos procedimentos restaurativos, essencial para validação do investimento do projeto. Também a rotatividade de recursos humanos gerou descontinuidades de processo, próprias de iniciativas exploratórias e sem maior grau de institucionalização. Por outro lado, foram identificados efeitos das ações do projeto que não aqueles diretamente planejados, que demonstraram amplo alcance social, evidenciado pela intencionalidade partilhada dos participantes no sentido de evitar-se a judicialização de conflitos envolvendo adolescentes das comunidades. Os resultados também apontam qualidades associadas ao desenvolvimento de processos sociais como capacitação, participação, conciliação, que fortalecem a perspectiva associativa nas relações sociais comunitárias e guardam relação com a apropriação da comunidade dos propósitos de iniciativas de Justiça Restaurativa.